

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores Acionistas,

A Diretoria da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas, às quais se incorporam os pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2013 foi o ano da reestruturação e do investimento. No ano em que completou 40 anos, a Infraero enfrentou o seu maior desafio. Com o processo de concessão, iniciado em 2011, a Empresa assumiu novo papel no cenário da exploração da infraestrutura aeroportuária: o de acionista das concessionárias dos três aeroportos concedidos.

Se, por um lado, a transferência, no início daquele ano, dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília à iniciativa privada causou impacto relevante no seu equilíbrio financeiro, já que esses aeroportos representavam cerca de 19% do movimento de aeronaves, 29% do movimento de passageiros e 58% do movimento de carga, além de 37% das receitas operacionais e 22% das despesas operacionais, por outro, o fato representou a constituição dos primeiros ativos reais no portfólio de aeroportos da Empresa.

Os esforços, em 2013, focaram-se em vários aspectos relacionados a esse contexto, dentre eles a preparação da Empresa para atuar como sócia das concessões e a estruturação de diversas medidas, tendo como diretriz a de ser competitiva, dentro de um mercado concorrencial, definindo um novo posicionamento para os seus negócios, dentre as quais se destaca: a reorganização empresarial; a adoção de novos modelos de gestão de projetos e processos e de gestão de engenharia; a implantação de metodologia de gestão de receitas e despesas; e a reformulação do Plano Estratégico.

Presente em todos os estados da federação, a Rede de aeroportos administrados pela Infraero contabilizou, em 2013, 2,3 milhões de pousos e decolagens de aeronaves nacionais e estrangeiras, transportando 135,7 milhões de passageiros. Foram

movimentadas, também, 483,2 mil toneladas nos Terminais de Logística de Carga.

O montante dos investimentos na infraestrutura aeroportuária brasileira bateu novo recorde: a execução de R\$ 2,31 bilhões, 36,5% superior ao investido em 2012, sendo R\$ 1,64 bilhão em empreendimentos e equipamentos e R\$ 0,67 bilhão no capital social das concessionárias dos Aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.

Em relação ao desempenho financeiro da Infraero em 2013, o lucro bruto foi de R\$ 0,82 bilhão, influenciado, principalmente pela concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos. Depois de excluídas as despesas operacionais e os impostos, a Empresa apresentou prejuízo líquido antes dos investimentos de R\$ 1,22 bilhão, em decorrência da concessão dos aeroportos, da provisão para redução ao valor recuperável – *impairment*, da alteração do critério de reconhecimento da provisão de devedores duvidosos, provisão do incentivo dos empregados que aderiram ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA), dentre outros. Após as deduções dos investimentos em obras e serviços de engenharia o prejuízo apurado no exercício foi de R\$ 2,65 bilhões.

Inserida no segmento aeroportuário, com excelentes perspectivas de crescimento nos próximos anos, a Empresa deve olhar para o futuro vislumbrando um cenário propício à ampliação da sua atuação, partindo da condição de maior operador nacional para ser referência em negócios aeroportuários no Brasil e no Exterior.

A publicação completa das demonstrações contábeis, incluindo o Relatório da Administração, está contida na edição do Diário Oficial da União de 28 de março de 2014.

A Administração da Infraero agradece aos clientes, usuários, parceiros e comunidade pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos empregados, pela dedicação e esforço empreendidos ao longo do ano.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO | | | | |
|---|--------------------|------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| ATIVO | Notas Explicativas | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 01/01/2012 (reapresentado) |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 47.224 | 221.646 | 1.258.258 |
| Contas a receber | 5 | 332.534 | 685.910 | 586.254 |
| Impostos, taxas e contribuições | 7 | 78.295 | 156.296 | 56.127 |
| Estoques | 6 | 61.582 | 59.778 | 70.781 |
| Despesas antecipadas | 9 | 17.140 | 6.297 | 5.953 |
| Outros | | 1.486 | - | - |
| | | 538.262 | 1.129.927 | 1.977.373 |
| Não Circulante | | | | |
| Contas a receber | 5 | 15.494 | 19.251 | 17.799 |
| Aplicações | 4 | 52.244 | 49.415 | 48.660 |
| Depósitos judiciais | 14 | 194.695 | 172.054 | 136.360 |
| Investimentos | 10 | 1.120.885 | 419.112 | 77.454 |
| Imobilizado | 11 | 224.576 | 590.896 | 540.112 |
| Intangível | 11 | 58.087 | 32.656 | 33.791 |
| | | 1.665.982 | 1.283.385 | 854.177 |
| Total do Ativo | | 2.204.244 | 2.413.312 | 2.831.550 |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis | | | | |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| PASSIVO | Notas Explicativas | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 01/01/2012 (reapresentado) |
| Circulante | | | | |
| Recursos de terceiros | 12 | 160.009 | 69.455 | 763.948 |
| Fornecedores de bens e serviços | | 342.184 | 435.714 | 337.906 |
| Encargos trabalhistas | | 149.505 | 150.021 | 139.464 |
| Impostos, taxas e contribuições | 7 | 122.062 | 119.479 | 129.121 |
| Previdência complementar | | 11.328 | 16.720 | 11.382 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | | - | 25.590 | 37.250 |
| Participação nos lucros | 21a | 286 | 6.698 | 9.329 |
| Cauções de terceiros | | 18.893 | 18.162 | 10.215 |
| Provisão para indenizações | 13 | 191.282 | - | - |
| Outras obrigações | | 9.998 | 7.370 | 7.098 |
| | | 1.005.546 | 849.209 | 1.445.713 |
| Não Circulante | | | | |
| Provisões para contingências | 14 | 326.914 | 272.128 | 252.600 |
| Previdência complementar | | 508 | 31.657 | - |
| Benefício pós-emprego | 21b e d | 278.382 | 133.353 | - |
| Participação nos lucros | | 60 | 172 | - |
| | | 605.864 | 437.310 | 252.600 |
| Patrimônio Líquido | | | | |
| Capital social | 15a | 1.819.506 | 1.009.336 | 1.009.336 |
| Reservas de lucros | | 206.058 | 250.809 | 123.901 |
| Prejuízos acumulados | | (2.610.015) | - | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 15d | (278.382) | (133.353) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 1.455.666 | - | - |
| Total do Patrimônio + AFAC | | 592.833 | 1.126.793 | 1.133.237 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 2.204.244 | 2.413.312 | 2.831.550 |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis | | | | |

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Notas Explicativas | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 01/01/2012 (reapresentado) |
|---|--------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Receita operacional líquida | 17 | 3.031.311 | 4.116.116 | 3.531.222 |
| (-) Custos operacionais | 19 | (2.207.614) | (2.687.168) | (2.440.836) |
| (=) Lucro bruto | | 823.697 | 1.428.948 | 1.090.386 |
| Despesas com planejamento e orientação técnico operacional | 19 | (305.066) | (263.436) | (207.259) |
| Administrativas | 19 | (563.120) | (535.826) | (460.435) |
| Comerciais | 19 | (64.793) | (61.308) | (51.296) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 5c | (386.950) | (54.985) | (35.709) |
| Provisão para estoques | 6 | (901) | - | - |
| Provisão para contingências | | (76.355) | (42.438) | (56.912) |
| Provisão para indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou Aposentadoria) | | (333.151) | (13.280) | (2.112) |
| Provisão para imobilizado (Impairment) | 11b | (452.887) | - | - |
| Receitas eventuais | | 21.684 | 13.544 | 20.141 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | 31.368 | (37.180) | - |
| Participação nos lucros | | - | (6.829) | (9.312) |
| Outras receitas / (despesas) | 20 | 54.213 | (46.910) | (7.038) |
| Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas | | (1.252.262) | 380.300 | 280.454 |
| Resultado financeiro líquido | 18 | 27.687 | 111.149 | 118.453 |
| Resultado operacional antes dos investimentos em Bens da União | | (1.224.575) | 491.449 | 398.907 |
| Recursos aplicados em bens da União | 24 | (1.430.191) | (282.163) | (213.928) |
| Prejuízo/Lucro operacional (antes dos impostos) | | (2.654.766) | 209.286 | 184.979 |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | 7d | - | (56.787) | (37.451) |
| Prejuízo/Lucro Líquido | | (2.654.766) | 152.499 | 147.528 |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis | | | | |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Notas Explicativas | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 01/01/2012 |
|---|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Prejuízo / Lucro do exercício | | (2.654.766) | 152.499 | 147.528 |
| Ajuste Benefício Pós Emprego | | (145.029) | (133.353) | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | | (2.799.795) | 19.146 | 147.528 |
| Total do resultado abrangente atribuível a: | | | | |
| Acionistas da Companhia | | (2.799.795) | 19.146 | 147.528 |
| Não controladores | | - | - | - |
| | | (2.799.795) | 19.146 | 147.528 |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis | | | | |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Notas Explicativas | Capital social | Reserva de lucros | Dividendos a disposição | Prejuízos acumulados | Ajuste de avaliação patrimonial | Adiantamento para futuro aumento de capital | Total do PL + AFAC |
|---|--------------------|------------------|-------------------|-------------------------|----------------------|---------------------------------|---|--------------------|
| Saldos em 01/01/2012 | | 1.009.336 | 123.901 | - | - | - | - | 1.133.237 |
| Constituição de benefício pós-emprego | | - | - | - | - | (133.353) | - | (133.353) |
| Lucro do Exercício | | - | - | 152.498 | - | - | - | 152.498 |
| Destinações: | | | | | | | | |
| Reserva legal | | - | 5.387 | (5.387) | - | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio | | - | - | (25.590) | - | - | - | (25.590) |
| Retenção de lucros | | - | 76.769 | (76.769) | - | - | - | - |
| Saldos em 31/12/2012 | | 1.009.336 | 206.058 | 44.752 | - | (133.353) | - | 1.126.793 |
| Benefício pós-emprego | | - | - | - | - | (145.029) | - | (145.029) |
| Aumento de capital | | 810.170 | - | - | - | - | - | 810.170 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | - | - | - | - | 1.455.666 | 1.455.666 |
| Absorção de prejuízo | | - | - | (44.752) | 44.752 | - | - | - |
| Prejuízo líquido do exercício | | - | - | - | (2.654.766) | - | - | (2.654.766) |
| Saldos em 31/12/2013 | | 1.819.506 | 206.058 | - | (2.610.015) | (278.382) | 1.455.666 | 592.833 |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis | | | | | | | | |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 01/01/2012 (reapresentado) |
|---|--------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Prejuízo / Lucro líquido antes das provisões tributárias | (1.224.575) | 491.449 | 398.907 |
| Itens que não afetam o caixa operacional | | | |
| Depreciação e amortização | 90.980 | 111.179 | 94.571 |
| Valor residual dos bens baixados | 5.904 | 65.338 | 2.366 |
| Perda por redução do ativo imobilizado | 452.887 | - | - |
| Resultado de equivalência | (31.368) | 37.180 | - |
| Juros sobre capital próprio | - | 1.183 | 1.085 |
| | (706.172) | 706.329 | 496.928 |
| Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo | | | |
| Contas a receber | 656.464 | 59.311 | (170.678) |
| Estoques | (1.804) | 11.003 | (13.901) |
| Outras contas a receber | 62.843 | (90.418) | 6.593 |
| Depósitos judiciais | (22.641) | (35.695) | (25.280) |
| Provisões em diversos responsáveis | 3.836 | - | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (303.168) | (171.268) | 35.709 |
| Fornecedores | (93.530) | 97.808 | 77.539 |
| Obrigações tributárias | 2.584 | (9.643) | 28.114 |
| Obrigações sociais | (515) | 10.557 | 19.729 |
| Outras contas a pagar | 3.359 | 8.219 | 10.276 |
| Provisão para contingências | 54.786 | 19.528 | 39.033 |
| Provisão para indenização | 191.282 | - | - |
| Previdência complementar | (36.541) | 36.996 | 1.344 |
| Provisão do IR e CSLL | - | (56.787) | (37.451) |
| | 516.953 | (120.389) | (28.973) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | (189.219) | 585.941 | 467.955 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | | |
| Aquisições de investimentos | (670.406) | (378.838) | (28.916) |
| Aquisições de bens do imobilizado | (170.641) | (212.720) | (194.977) |
| Aquisições de bens do intangível | (38.240) | (13.446) | (18.437) |
| Receitas Ataero | - | 91.942 | 546.691 |
| Investimentos - Ataero | - | (795.125) | (683.655) |
| Varição em recursos de terceiros | 90.555 | 8.690 | 8.094 |
| Obras em bens da união | (1.430.191) | (282.163) | (213.928) |
| Caixa líquido das atividades de investimentos | (2.218.924) | (1.581.660) | (585.128) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Integralização de capital | 810.170 | - | - |
| Recursos para aumento de capital | 1.455.666 | - | - |
| Juros sobre capital próprio | (25.590) | (38.433) | (30.058) |
| Participação nos lucros | (6.524) | (2.459) | - |
| Caixa líquido das atividades de financiamentos | 2.233.722 | (40.892) | (30.058) |
| Redução líquido de caixa | (174.422) | (1.036.612) | (147.230) |
| Caixa no início do período | 221.646 | 1.258.258 | 1.405.488 |
| Caixa no final do período | 47.224 | 221.646 | 1.258.258 |
| Redução líquido de caixa | (174.422) | (1.036.612) | (147.230) |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis | | | |

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Notas Explicativas | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 01/01/2012 (reapresentado) |
|---|--------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| (=) Receitas | | | | |
| Receitas Operacionais | | 3.097.358 | 4.365.363 | 3.757.104 |
| Outras Receitas | | 101.359 | 44.453 | 44.878 |
| | | 3.198.717 | 4.409.816 | 3.801.982 |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Materiais e serviços de terceiros | | (1.202.255) | (1.535.784) | (1.384.992) |
| Outras despesas | | (25.462) | (77.819) | (31.774) |
| | | (1.227.717) | (1.613.603) | (1.416.766) |
| (=) Valor adicionado bruto | | 1.971.000 | 2.796.212 | 2.385.215 |
| (-) Retenções | | | | |
| Provisão para contingências | | (76.355) | (42.438) | (56.912) |
| Provisão (Impairment) | 11b | (452.887) | - | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 5c | (386.9 | | |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)****Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional**

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero é uma empresa pública de propriedade da União instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC-PR. A Infraero tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins que lhe forem conferidas pela SAC-PR.

Atualmente, administra 63 aeroportos e 31 terminais de logística de carga, bem como diversas unidades de navegação aérea. Os Grupamentos de Navegação Aérea – GNA e as Unidades Técnica de Aeronavegação – UTA, em 2013, passaram a operar sob a forma de Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA. Totalizam, atualmente, 75 EPTAs, dentre as quais cinco (5) pertencem a terceiros e são operadas pela Infraero mediante convênio ou contrato.

Com a concessão de aeroportos realizada pelo Governo Federal, a Empresa tornou-se acionista de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) concessionárias dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos, e conta com 49% do capital social de cada um, participando da governança com poder de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, entretanto sem possuir o controle dos aeroportos. Ressalta-se que a Infraero ainda é responsável pela operação de navegação aérea nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos.

Dos 63 aeroportos, inclui-se, também, Galeão e Confins, que estão em processo de concessão, no qual a Infraero será acionista, com 49% do capital social de cada um, por meio de Sociedade de Propósito Específico (SPE). A previsão é que em agosto de 2014 os aeroportos sejam transferidos à iniciativa privada.

O modelo de regulação das tarifas aeroportuárias e o reajuste anual, utilizando-se do índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE, considerando a incidência do Fator-X de produtividade, foi definido pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, quando da publicação da Resolução nº 180, de 25 de janeiro de 2011. Entretanto em 2013, as tarifas aeroportuárias não sofreram reajuste.

Ao longo do exercício foram investidos R\$ 2.313,0 milhões em obras, serviços de engenharia, equipamentos e aporte de capital nas SPEs concessionárias dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos. Destaca-se os investimentos realizados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, R\$ 1,044 bilhão. Para financiar tais investimentos a União realizou aportes de capital na Infraero no montante de R\$ 2.202,3 milhões.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Imobilizado.

Adicionalmente, a Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

Objetivando adequar a Empresa ao novo cenário da aviação civil a Administração contratou consultoria especializada para atuar em três frentes de trabalho, sendo a primeira direcionada à reorganização administrativa, a segunda à aplicação de metodologia de gerenciamento de projetos e, a última, à melhoria dos resultados econômico-financeiros, no qual envolve iniciativas de gerenciamento matricial de receitas e de despesas.

O novo modelo operacional fundamenta-se em estudos com vistas a tornar a Infraero mais competitiva, com otimização de tempo de resposta para as decisões estratégicas da empresa, maior autonomia para os aeroportos, metas direcionadoras de sustentabilidade e prêmios por desempenho, além de um melhor aproveitamento das oportunidades comerciais, com especialização e inserção de parcerias.

Nota 2 – Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

b) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

c) Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço.

d) Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Incluem as contas a receber decorrentes das operações de receitas comerciais, embarque, armazenamento e capatazia, pouso e permanência, comunicação e auxílio para navegação aérea, exploração de serviços, conexão e cursos e treinamentos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

e) Estoques

Os itens existentes nos almoxarifados foram avaliados pelo custo médio ponderado ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.

f) Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC nº 18 – Investimento em Coligada e em Controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na companhia.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Perdas em Sentenças Judiciais

As perdas em sentenças judiciais são constituídas pelas ações judiciais transitadas em julgado em fase de execução, com o registro de que se encontra em andamento Projeto Estratégico instituído pelo Ato Administrativo nº 2967/DJ/2013, de 12 de julho de 2013, com o objetivo de classificar e avaliar todas as ações judiciais, independentemente das fases em que se encontrem os processos, para efeito de estimativa do valor das eventuais perdas delas decorrentes.

j) Provisões Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisões cíveis e trabalhistas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem

como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro do exercício refere-se ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e são constituídos, quando aplicáveis, em conformidade com CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

m) Benefício a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

A Infraero contrata anualmente empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Companhia de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC nº 33. Dessa forma, os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Companhia relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, para as Demonstrações Contábeis de 2014, serão avaliados de acordo com os critérios estabelecidos nesse normativo.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas ao INFRAPREV, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Os seguintes montantes serão reconhecidos na demonstração do resultado abrangente:

Ganhos e perdas atuariais – são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;

Também são concedidos benefícios de plano de assistência à saúde, odontológica e participação no resultado.

O plano de assistência médica é administrado pela própria Companhia. Tanto o plano de assistência médica como o odontológico, é financiado em regime de caixa.

n) Reconhecimento de Receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

o) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC nº 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

p) Moeda Funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**Julgamentos**

Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do Ativo Imobilizado, provisão necessária para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizado como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2013, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes incentivos financeiros: multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

Operações Descontinuadas

O Decreto n.º 7.896/2013 dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, os aeroportos internacionais do Rio de Janeiro/Galeão (SBRJ) no estado do Rio de Janeiro e Tancredo Neves/Confins (SBCF) no estado de Minas Gerais, e atribui à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC a responsabilidade por executar e acompanhar o processo de concessão desses aeroportos. O leilão dos dois aeroportos ocorreu de forma simultânea em 22/11/2013 na BM&F Bovespa. Diante do exposto, foi constituída provisão para perdas relativo aos bens que serão descontinuados em decorrência dessas concessões.

r) Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis foram recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data da classificação.

Na demonstração do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

- a) Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. Desse grupo, foram reclassificados R\$ 49 mil para a conta de aplicações financeiras (não circulante) por representar ativos que não estão disponíveis para uso.
- b) Refere-se ao ajuste no cálculo da equivalência patrimonial sobre os investimentos de 49% nas SPE's. Foi realizado novo cálculo tomando como período base dezembro, pois no cálculo anterior foi considerado o período base novembro.
- c) Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, ou para fins administrativos e que se espera utilizar por mais de um período. Desse grupo, foram ajustados R\$ 8.943 mil relativo a depreciação de bens registrados indevidamente no ativo em processo de aquisição não depreciados no período. Além disso, inclui a baixa de bens repassados à Inframerica que ainda constavam no ativo da Infraero.
- d) Referem-se a divulgação do grupo para melhor evidenciar os valores de terceiros considerando a irrelevância do montante relacionado ao Comando da Aeronáutica.
- e) A reversão da conta de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no valor de R\$ 25.590 mil reclassificada para a conta de Despesa Financeira foi em decorrência da opção pela melhor prática adotada no mercado considerando que a despesa não deve ser evidenciada na DRE, fazendo-o apenas na DMPL.

Nota 4 – Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-----------------------------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------|
| I - Caixa e Bancos | 3.403 | 2.956 | 2.261 |
| Aplicação Financeira | 43.821 | 218.691 | 1.255.998 |
| Certificados de Depósito Bancário | 42.719 | 217.651 | 1.255.998 |
| Outros | 1.102 | 1.039 | - |
| Total | 47.224 | 221.646 | 1.258.258 |

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---------------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------|
| II - Aplicações | 52.244 | 49.415 | 48.660 |
| Convênios e TCCAs | 52.143 | 49.315 | 48.488 |
| Depósitos Judiciais | 101 | 101 | 172 |
| Total | 52.244 | 49.415 | 48.660 |

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos. Esses fundos são de renda fixa compostos por títulos que fazem parte da carteira teórica do índice IRFM-1 (LTN e NTN-F).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos concentrem-se em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras públicas.

Nota 5 – Contas a Receber

a) Composição do Contas a Receber

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|--|----------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos | 322.548 | 301.759 | 250.723 |
| Embarques e Conexão | 67.187 | 96.248 | 122.014 |
| Armazenagem e Capatazia | 15.057 | 16.830 | 15.397 |
| Pouso, Permanência e Navegação Aérea | 80.074 | 670.508 | 624.955 |
| Outros | 60.595 | 116.581 | 258.999 |
| (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (197.433) | (496.765) | (668.033) |
| Total | 348.028 | 705.160 | 604.053 |

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|----------------|------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Circulante | 332.534 | 685.910 | 586.254 |
| Não Circulante | 15.494 | 19.251 | 17.799 |

b) Composição por Idade de Vencimento

Em 31 de dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---------------------|----------------|-------------------------------|-----------------------------|
| A Vencer | 238.759 | 440.227 | 573.825 |
| Vencidas | 273.941 | 407.842 | 394.394 |
| De 1 a 30 dias | 52.128 | 176.458 | 16.486 |
| De 31 a 60 dias | 12.014 | 3.020 | 33.563 |
| De 61 a 90 dias | 8.490 | 15.967 | 4.799 |
| De 91 a 120 dias | 14.519 | 16.332 | 5.087 |
| De 121 a 180 dias | 14.871 | 17.075 | 8.641 |
| Há mais de 180 dias | 171.919 | 178.990 | 325.818 |
| Total | 512.700 | 848.069 | 968.220 |

c) Movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei nº 9.430/96, a conjuntura econômica, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância.

| PCLD - Circulante | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|----------------------------|------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Saldo no início do período | (181.913) | (182.134) | (168.487) |
| Adições | (112.356) | - | - |
| Transferência | 4.706 | 221 | (13.647) |
| Reversões | 154.473 | - | - |
| Saldo no fim do período | (135.089) | (181.913) | (182.134) |

| PCLD - Não Circulante | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|----------------------------|-----------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Saldo no início do período | (314.852) | (485.899) | (463.838) |
| Adições | (56.199) | (37.494) | (42.283) |
| Transferência | (4.706) | (221) | 13.647 |
| Reversões | 313.413 | 208.762 | 6.575 |
| Saldo no fim do período | (62.344) | (314.852) | (485.899) |

Nota 6 – Estoques

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|--------------------------------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Materiais Auxiliares e de Manutenção | 60.771 | 57.046 | 69.135 |
| Importação em andamento | 363 | 1.690 | 1.091 |
| Outros | 1.349 | 1.043 | 554 |
| Provisão para Perdas | (901) | - | - |
| Total | 61.582 | 59.778 | 70.781 |

A Infraero possui 27 almoxarifados, que estão localizados nas principais capitais do Brasil com a finalidade de minimizar os custos com logística.

Para estimativa do valor registrado na provisão foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.

Neste contexto, foi definido que para os estoques de Materiais de Consumo os itens não movimentados há mais de 3 (três) anos devem compor o saldo para a provisão de obsolescência dos estoques, considerando também os Materiais de Manutenção naqueles itens não utilizados há mais de 9 (nove) anos.

Sendo assim, os valores destes dois grupos quando somados nos períodos analisados compõe o montante de R\$ 901 mil, que foram provisionados, em 2013, para melhor apresentação do saldo dos estoques. Essa provisão corresponde aos valores registrados no estoque entre os anos de 2000 a 2010 no caso dos Materiais de Consumo, e 2000 a 2004 para os Materiais de Manutenção já obsoletos e sem condições de utilização.

Nota 7 – Impostos, Taxas e Contribuições

a) Tributos a Recuperar

A conta de Impostos a Recuperar, no montante de R\$ 78.295 mil, compreende créditos tributários de curto prazo, recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, apuração de saldos negativos de IRPJ, entre outros.

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|--|---------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social | - | 1.262 | 1.198 |
| PASEP e COFINS | 42.277 | 18.597 | 2.001 |
| INSS | 636 | 399 | 67 |
| Imposto a Recuperar (retido) - Lei 9430/96 | 30.734 | 29.767 | 22.698 |
| IRRF | 4.330 | 80.067 | 25.316 |
| Outros | 318 | 26.204 | 4.846 |
| Total | 78.295 | 156.296 | 56.127 |

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos

A Infraero de acordo com o CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, a Infraero não deverá registrar o ativo fiscal diferido, pois não possui expectativa de geração de lucros tributários futuros.

c) Tributos a Recolher

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---|----------------|-------------------------------|-----------------------------|
| PASEP e COFINS | - | 3.102 | 16.528 |
| FGTS | 10.691 | 10.729 | 10.046 |
| INSS s/ Folha de Pagamento | 29.176 | 28.378 | 27.303 |
| INSS s/ Terceiros | 14.659 | 12.193 | 13.402 |
| Imposto a Recolher (retenção) - Lei 9430/96 | 28.682 | 27.891 | 26.278 |
| Outros | 38.854 | 37.184 | 35.565 |
| Total | 122.062 | 119.479 | 129.121 |

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF) em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea "a", do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Companhia decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do Exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---|-------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social | (2.654.766) | 209.286 | 184.979 |
| Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | - | 56.787 | 37.451 |
| Total | - | 56.787 | 37.451 |

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---|-------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício | 308.636 | 29.054 | (21.423) |
| Adições | 1.372.951 | 643.893 | 762.286 |
| Exclusões | (1.064.316) | (614.839) | (783.709) |
| Compensação de B.C. negativa e prejuízo fiscal de exercícios anteriores | - | (74.185) | (49.067) |
| Deduções Legais | - | (2.042) | (1.451) |
| Total dos impostos no resultado | - | 56.787 | 37.451 |

Nota 8 – Partes Relacionadas

As informações financeiras dos investimentos da Empresa em coligadas estão apresentadas na tabela a seguir:

| Razão Social | País - Sede | 49% da participação societária | |
|---|-------------|--------------------------------|---------|
| | | 2013 | 2012 |
| Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. | Brasil | 595.623 | 173.132 |
| Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. | Brasil | 163.469 | 50.384 |
| Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. | Brasil | 292.158 | 155.351 |

Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

| Composição | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|--------------|--------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Pró-Labore | 3.605 | 3.036 | 2.279 |
| Encargos | 1.397 | 1.214 | 1.807 |
| Benefícios | 173 | 166 | 110 |
| Outros | - | 1 | - |
| Total | 5.175 | 4.417 | 4.196 |

A Companhia não possui planos de opção de ações para seus executivos e empregados de qualquer nível.

Nota 9 – Despesas Pagas Antecipadamente

| Composição | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|----------------------------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Gastos com Apólices de Seguros * | 4.680 | 4.140 | 5.440 |
| Despesas Antecipadas com Pessoal | 10.775 | 2.154 | 512 |
| Outros Gastos | 1.685 | 3 | 1 |
| Total | 17.140 | 6.297 | 5.953 |

* São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

Nota 10 – Investimentos

a) Composição

Os investimentos, no valor líquido de R\$ 1.112.748 mil, correspondem aos custos de aquisição após provisão para perdas na realização. Foram adquiridos, em 2011, terrenos do Comando da Aeronáutica no Sítio Aeroportuário de Belo Horizonte - Pampulha no valor de R\$ 70.504 mil, que até a conclusão do Plano Diretor do aeroporto, ficará registrado neste grupo na conta de Imobilizado Não Destinado a Uso.

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-------------------------------------|------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Ações em Incentivos Fiscais | 24.597 | 26.575 | 26.575 |
| Obras de Arte | 1.526 | 1.526 | 1.556 |
| Participação em Fundos | 397 | 397 | 397 |
| SPEs | 1.051.250 | 378.867 | - |
| Perdas por equivalência patrimonial | (5.812) | (37.180) | - |
| Imobilizado não destinado a uso | 70.504 | 70.504 | 70.504 |

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|--------------------------|------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Total dos Investimentos | 1.142.463 | 440.690 | 99.032 |
| (-) Provisão para Perdas | (21.578) | (21.578) | (21.578) |
| Total | 1.120.885 | 419.112 | 77.454 |

b) Participação da Companhia em Coligadas

As participações em coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais ajustados das respectivas investidas em cada data-base.

| | Patrimônio Líquido Ajustado | Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado | Participação Direta % | Equivalência Patrimonial | Saldo dos Investimentos 2013 |
|---|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------------|
| SPE: | | | | | |
| Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. | 251.133 | (83.725) | 49% | (41.025) | 292.158 |
| Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. | 97.742 | (43.778) | 49% | (21.451) | 163.469 |
| Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. | 652.287 | 115.640 | 49% | 56.664 | 595.623 |
| Total | | | | (5.812) | 1.051.250 |

| | Patrimônio Líquido Ajustado | Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado | Participação Direta % | Equivalência Patrimonial | Saldo dos Investimentos 2012 |
|---|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------------|
| SPE: | | | | | |
| Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. | 139.925 | (31.481) | 49% | (15.425) | 155.351 |
| Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. | 34.298 | (32.798) | 49% | (16.086) | 50.384 |
| Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. | 167.464 | (11.569) | 49% | (5.669) | 173.132 |
| Total | | | | (37.180) | 378.867 |

No exercício de 2013 foram investidos pela Infraero, a título de aporte de capital, R\$ 628.107 mil nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Brasília, Guarulhos e Campinas, correspondendo a 49% do capital social. Tais investimentos foram avaliados pelo MEP, considerando o período-base dezembro, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, artigo 248, inciso I.

c) Movimentação dos Investimentos em Coligadas:

| | Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. | Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. | Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. | Total |
|---------------------------------------|------------------------------------|--|---|------------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2012 | - | - | - | - |
| Aporte de Capital | 155.351 | 50.384 | 173.132 | 378.867 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (15.425) | (16.086) | (5.669) | (37.180) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 139.925 | 34.298 | 167.464 | 341.687 |
| Aporte de Capital | 136.807 | 113.085 | 422.491 | 672.383 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (25.599) | (5.365) | 62.332 | 31.368 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 251.133 | 142.018 | 652.287 | 1.045.438 |
| Total | 251.133 | 142.018 | 652.287 | 1.045.438 |

Aportes de capital

Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.

No ano de 2013 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Viracopos S.A. R\$ 136.807 mil (Cento e

Nota 11 – Imobilizado e Intangível

| | Terrenos | Edifícios e Benfeitorias | Instalações, Máquinas e Equipamentos | Veículos | Móveis e Utensílios | Imobilizado em Andamento (j) | Outros | Redução ao Valor Recuperável | Total |
|--|----------|--------------------------|--------------------------------------|-----------|---------------------|------------------------------|---------|------------------------------|-----------|
| Custo do Imobilizado Bruto | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | 15.077 | 4.534 | 505.717 | 240.258 | 115.366 | 141.645 | 199 | - | 1.022.796 |
| Adições | - | 47 | 95.429 | 12.511 | 53.253 | 51.469 | 12 | - | 212.720 |
| Baixa | - | (13) | (102.488) | (28.508) | (17.528) | (4.447) | (3) | - | (152.985) |
| Transferências | - | - | (6.310) | 18.497 | 2.447 | (14.588) | (46) | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 15.077 | 4.568 | 492.349 | 242.758 | 153.538 | 174.079 | 163 | - | 1.082.532 |
| Adições | - | 387 | 80.928 | 22.888 | 20.834 | 45.569 | 36 | - | 170.641 |
| Baixa | - | (1.359) | (74.937) | (36.495) | (11.869) | - | (66) | - | (124.726) |
| Transferências | - | (300) | 119.281 | (246) | 12.006 | (130.714) | (27) | - | - |
| Bens Disponíveis para Venda Red. a Valor Recuperável | - | - | - | - | - | - | (1.486) | - | (1.486) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 15.077 | 3.296 | 617.620 | 228.906 | 174.510 | 88.934 | (1.382) | (452.887) | 674.074 |
| Depreciação Acumulada | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | - | (3.217) | (262.457) | (163.512) | (53.445) | - | (52) | - | (482.684) |
| Adições | - | (93) | (53.495) | (21.756) | (12.305) | - | (6) | - | (87.655) |
| Baixa | - | - | 49.685 | 18.555 | 10.463 | - | - | - | 78.703 |
| Transferências | - | - | (19) | 23 | (4) | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | - | (3.310) | (266.286) | (166.690) | (55.291) | - | (58) | - | (491.636) |
| Adições | - | (95) | (38.751) | (26.388) | (13.400) | - | (7) | - | (78.641) |
| Baixa | - | 1.355 | 71.763 | 36.124 | 11.472 | - | 66 | - | 120.780 |
| Transferências | - | - | (13.581) | 14.215 | (634) | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | - | (2.050) | (246.855) | (142.740) | (57.853) | - | 1 | - | (449.497) |
| Imobilizado Líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | 15.077 | 1.317 | 243.260 | 76.745 | 61.921 | 141.645 | 147 | - | 540.112 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 15.077 | 1.258 | 226.063 | 76.068 | 98.247 | 174.079 | 105 | - | 590.896 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 15.077 | 1.246 | 370.765 | 86.166 | 116.656 | 88.934 | (1.380) | (452.887) | 224.576 |

| | Licença de Uso de Software | Marcas, Direitos e Patentes | Software em Desenvolvimento | Total |
|----------------------------------|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------|
| Custo do Intangível Bruto | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | 112.487 | 338 | 1.050 | 113.875 |
| Adições | 13.317 | 79 | 50 | 13.446 |
| Baixa | (15.014) | (4) | - | (15.019) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 110.790 | 413 | 1.100 | 112.303 |
| Adições | 38.064 | 1 | 175 | 38.240 |
| Baixa | (54.578) | (4) | - | (54.582) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 94.276 | 410 | 1.275 | 95.961 |
| Amortização Acumulada | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | (80.020) | (64) | - | (80.084) |
| Adições | (14.277) | (303) | - | (14.580) |
| Baixa | 14.844 | 173 | - | 15.017 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | (79.453) | (194) | - | (79.647) |
| Adições | (12.204) | (135) | - | (12.339) |
| Baixa | 54.108 | 4 | - | 54.112 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | (37.549) | (325) | - | (37.874) |
| Intangível Líquido | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | 32.467 | 274 | 1.050 | 33.791 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 31.337 | 219 | 1.100 | 32.656 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 56.727 | 85 | 1.275 | 58.087 |

A Companhia não possui leasing e nem ativos dados em garantia.

i. O saldo de bens de Imobilizado em andamento é constituído principalmente por adiantamento a fornecedores.

a) Itens Totalmente Depreciados / Amortizados

Em 31 de dezembro de 2013, não foram identificados itens no ativo intangível totalmente amortizados.

b) Revisão da Vida Útil

A Companhia deprecia o ativo imobilizado e intangível pelo método linear, usando taxas de depreciação demonstradas a seguir:

| | Taxa Média Anual Depreciação - Anterior | Taxa Média Anual Depreciação - Atual |
|--------------------------------------|---|--------------------------------------|
| Imobilizado: | | |
| Edifícios e Benfeitorias | 4% | 4% |
| Instalações, Máquinas e Equipamentos | 10% | 10% |
| Veículos | 20% | 20% |
| Móveis e Utensílios | 10% | 11% |
| Intangível: | | |
| Licença de Uso de Software | 20% | 20% |
| Marcas, Direitos e Patentes | 20% | 20% |
| Outros | - | - |

A Infraero realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado utilizando como critério o fluxo de caixa descontado, por não existir, no Brasil, mercado ativo para a maioria dos bens do segmento de aeroportos. A Infraero tem como sua menor unidade geradora de caixa o aeroporto e com base nesta definição e das premissas utilizadas (taxa de desconto TJLP/PIB/Taxa de Câmbio, e prazo de 5 anos) foi identificado uma perda no ativo imobilizado e intangível na ordem de R\$ 398.578 mil, ensejando, portanto, o reconhecimento dessa perda decorrente de ajustes de variação patrimonial.

Conforme preconiza o item 33 do ICPC 10, a revisão da vida útil dos bens foi realizada pelos profissionais da Infraero por possuírem conhecimentos técnicos e específicos.

Resultados Financeiros

| | 31/12/2013 |
|---------------------------------------|------------|
| Período de Análise | 5 anos |
| Redução por Impairment | 398.578 |
| Custo de Capital – TJLP | 5% |
| Taxa de Retorno do Investimento (TIR) | - |
| Prazo de Recuperação do Ativo | - |

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

c) Operações Descontinuadas

O Decreto nº 7.896/2013 dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, os Aeroportos internacionais do Rio de Janeiro/Galeão (SBRJ) no Estado do Rio de Janeiro e Tancredo Neves/Confins (SBCF) no Estado de Minas Gerais, e atribui à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC a responsabilidade por executar e acompanhar o processo de concessão desses aeroportos. AANAC iniciou o processo por meio da publicação, no Diário Oficial da União de 3/10/2013, do Edital do Leilão nº 1/2013, a fim de selecionar as melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos Internacionais do Galeão e Confins. O leilão dos dois aeroportos ocorreu de forma simultânea em 22/11/2013 na BM&F Bovespa. A concessão do Aeroporto do Galeão foi arrematada por R\$ 19 bilhões pelo consórcio Aeroportos do Futuro. O valor da concessão do Aeroporto de Confins ficou em R\$ 1,096 bilhão pelo Consórcio AeroBrasil. O recurso arrecadado será repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, os Aeroportos do Galeão e Confins estavam classificados no grupo operação descontinuada no valor de R\$ 54.310 mil.

O resultado do exercício relacionado ao aeroporto do Galeão é apresentado a seguir:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|--|---------------|----------------------------|--------------------------|
| Receita | 559.180 | 508.317 | 382.150 |
| Despesa | (497.218) | (367.327) | (322.909) |
| Lucro Bruto | 61.963 | 140.990 | 59.241 |
| Lucro (prejuízo) da operação descontinuada antes dos impostos | 61.963 | 140.990 | 59.241 |
| Lucro (prejuízo) do exercício da operação descontinuada | 61.963 | 140.990 | 59.241 |

O resultado do exercício relacionado ao aeroporto de Confins é apresentado a seguir:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|--|---------------|----------------------------|--------------------------|
| Receita | 178.883 | 160.506 | 160.390 |
| Despesa | (119.247) | (101.553) | (89.958) |
| Lucro Bruto | 59.636 | 58.953 | 70.432 |
| Lucro (prejuízo) da operação descontinuada antes dos impostos | 59.636 | 58.953 | 70.432 |
| Lucro (prejuízo) do exercício da operação descontinuada | 59.636 | 58.953 | 70.432 |

d) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização estão reconhecidos na demonstração de resultado como segue:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-------------------------|---------------|----------------------------|--------------------------|
| Despesas de Depreciação | 78.641 | 96.598 | 94.571 |
| Despesas de Amortização | 12.339 | 14.580 | 1 |
| Total | 90.980 | 111.179 | 94.572 |

Nota 12 – Recursos de Terceiros

Os Recursos de Terceiros estavam constituídos, principalmente, pelos seguintes valores:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-------------------------------------|----------------|----------------------------|--------------------------|
| (a) Convênios | 32.506 | 30.261 | 27.760 |
| (b) Fundo Nacional de Aviação Civil | 120.153 | 33.066 | - |
| (c) Prefeituras e Administradoras | 4.225 | 3.438 | 2.529 |
| (d) Comando da Aeronáutica | 3.125 | 2.690 | 22.153 |
| (e) ATAERO | - | - | 703.182 |
| (f) Tesouro Nacional | - | - | 8.324 |
| Total | 160.009 | 69.455 | 763.948 |

(a) Convênios - Relativos a recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública Direta, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.

(b) Fundo Nacional de Aviação Civil – Recursos relativos a Medida Provisória nº 551, de 22/11/2011, convertida na Lei nº 12.648, de 17/5/2012, definiu que, a partir de 10/1/2012, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2 de 9/12/1997 às Tarifas de Embarque Internacional, bem como o Adicional Tarifário, constituem receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC.

(c) Prefeituras e Administradoras – são valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.

(d) Comando da Aeronáutica – recursos relativos, principalmente, arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.

O quadro a seguir demonstra o detalhamento dos ingressos e dos dispêndios dos recursos de terceiros no período:

| | Ingressos | | Dispêndios | | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) |
|-------------------------|------------------|----------------------|--------------------------|----------------------------|----------------|----------------------------|
| | Recursos | Receitas Financeiras | Investimentos / Repasses | Tributos/Desp. Financeiras | | |
| FNAC | 1.496.379 | 1.098 | 1.410.390 | - | 120.153 | 33.066 |
| Convênios | - | 2.777 | 532 | - | 32.507 | 30.261 |
| Ministério do Turismo | - | 2.645 | 508 | - | 30.666 | 28.529 |
| Governo Estado da Bahia | - | 132 | 24 | - | 1.840 | 1.732 |
| Comando da Aeronáutica | 158 | 283 | 311 | - | 3.125 | 2.690 |
| Outros | 94.609 | - | 93.824 | - | 4.224 | 3.438 |
| Total | 1.591.147 | 4.159 | 1.505.056 | - | 160.009 | 69.455 |

| | Ingressos | | Dispêndios | | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-------------------------|------------------|----------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------|
| | Recursos | Receitas Financeiras | Investimentos / Repasses | Tributos/Desp. Financeiras | | |
| FNAC | 1.981.223 | 3.563 | 1.951.720 | - | 33.066 | - |
| ATAERO | 44.684 | 47.258 | 806.739 | (11.615) | - | 703.182 |
| Convênios | - | (626) | (3.128) | - | 30.261 | 27.760 |
| Ministério do Turismo | - | (775) | (3.159) | - | 28.529 | 26.145 |
| Governo Estado da Bahia | - | 148 | 31 | - | 1.732 | 1.615 |
| Comando da Aeronáutica | 180 | 289 | 19.933 | - | 2.690 | 22.153 |
| Tesouro Nacional | - | - | 8.324 | - | - | 8.324 |
| Outros | 55.615 | - | 54.706 | - | 3.438 | 2.529 |
| Total | 2.081.702 | 50.484 | 2.838.294 | (11.615) | 69.455 | 763.948 |

Nota 13 – Provisão para Indenizações

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|----------------------------|----------------|----------------------------|--------------------------|
| Provisão para Indenizações | 191.282 | - | - |
| Total | 191.282 | - | - |

a) Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, até 2.900 empregados. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizado como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2013, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes incentivos financeiros: multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

Nota 14 – Provisão para Contingências

A provisão de R\$ 326.913 mil foi constituída para fazer face às prováveis perdas em processos trabalhistas, cíveis e nas sentenças judiciais, representados por ações em fase de execução e ações julgadas em fase de recurso para instâncias superiores. Essas provisões estão demonstradas no quadro abaixo:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-----------------|----------------|----------------------------|--------------------------|
| Provisões | 326.913 | 272.128 | 252.600 |
| Trabalhistas | 224.613 | 173.989 | 152.748 |
| Cíveis | 102.300 | 98.139 | 99.852 |
| Previdenciárias | - | 32.392 | 28.782 |
| Demais Ações | 102.300 | 65.748 | 71.070 |
| Total | 326.913 | 272.128 | 252.600 |

A movimentação ocorrida nas provisões trabalhistas, cíveis e nas sentenças judiciais, no ano de 2013, foi de R\$ 54.786 mil, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2012 (reapresentado) | Adições | Baixas | 31/12/2013 |
|--------------|----------------------------|---------------|-----------------|----------------|
| Trabalhistas | 173.988 | 70.394 | (19.768) | 213.533 |
| Cíveis | 98.139 | 15.439 | (11.278) | 103.235 |
| Total | 272.128 | 85.832 | (31.046) | 326.914 |

| | 1/1/2012 (reapresentado) | Adições | Baixas | 31/12/2012 (reapresentado) |
|--------------|--------------------------|---------------|-----------------|----------------------------|
| Trabalhistas | 152.748 | 61.134 | (39.893) | 173.988 |
| Cíveis | 99.852 | 9.301 | (11.014) | 98.139 |
| Total | 252.600 | 70.435 | (50.907) | 272.128 |

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias, exigidas judicialmente, e ficam registrados no Ativo da Infraero até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos pelo reclamante, a

menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 representam R\$ 194.695 mil.

A Empresa não realiza provisões relativamente às ações judiciais cuja decisão tenha sido improcedente, bem como aquelas ainda sem decisão de mérito. Registre-se, por relevante, que se encontra em execução Projeto Estratégico instituído pelo Ato Administrativo nº 2967/DJ/2013, de 12 de julho de 2013, com o objetivo de classificar e avaliar todas as ações judiciais até junho de 2014, qualquer que seja a fase dos processos, de interesse da Empresa, com a finalidade de estimar os valores contingentes delas resultantes, nos termos do Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Segue conteúdo das ações judiciais que merecem destaque:

a) Ações Trabalhistas

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários – Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

b) Ações Cíveis

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

Nota 15 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 representa R\$ 1.819.506 mil e sua composição é a seguinte:

| Quantidade de Ações | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---|-------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| UNIÃO | 12.628.143 | 7.136.773 | 7.136.773 |
| UNIÃO (Extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND) | 197.350 | 197.350 | 197.350 |
| Total | 12.825.493 | 7.334.123 | 7.334.123 |

| R\$ | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---|------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| UNIÃO | 1.791.509 | 982.177 | 982.177 |
| UNIÃO (Extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND) | 27.997 | 27.159 | 27.159 |
| Total | 1.819.506 | 1.009.336 | 1.009.336 |

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de junho de 2013 foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 810.170 mil com a emissão de 5.491.370 ações novas, sem valor nominal. O aumento é proveniente dos aportes realizados pela União. O Capital Social passou a ter o valor de R\$ 1.819.506 mil.

Os aportes de capital, são recursos recebidos da União destinados a aumento de capital concedidos em caráter irrevogável. São atualizados pela taxa SELIC até a data da integralização. Dos aportes realizados em 2013 falta integralizar R\$ 1.402.258 mil.

Em 30 de dezembro de 2010 foi publicada a Medida Provisória nº 517, convertida na Lei nº 12.431/11, que, dentre outros assuntos, dispôs sobre a extinção do FND e a transferência de seus direitos sobre títulos e valores mobiliários para a União. Tal fato foi reconhecido pela Infraero, contudo, até a conclusão do inventário, os valores serão demonstrados separadamente.

b) Reservas de Incentivo Fiscal

Devido às alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as aplicações efetuadas no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam devem ser reconhecidas no resultado e posteriormente destinadas a Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido sem, no entanto, integrarem a base de cálculo dos dividendos. Em 2013 não foram realizadas aplicações no Finam, permanecendo então com as aplicações anteriores de R\$ 3.350 mil.

Independentemente da mudança determinada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, esse incentivo só pode ser utilizado para aumento do capital social ou absorção de prejuízo.

c) Reserva Legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes de os lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido anual para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O principal objetivo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é receber contrapartida dos aumentos e diminuições de valor de ativos e passivos, principalmente em decorrência de sua avaliação ao valor justo. A atual redação do parágrafo terceiro do Art. 182 da Lei das S.A. atribuiu à Comissão de Valores Imobiliários – CVM poderes para determinar o uso desta conta para outras situações não previstas na Lei das S.A. Dessa forma, o ajuste de avaliação patrimonial pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores de ativos e passivos em relação ao valor justo.

Além disso, em geral essa conta tem caráter transitório, abrigando valores que em algum momento deveriam transitar pelo resultado abrangente da Empresa. Portanto, pode receber a contrapartida de transações que não afetarão o resultado no futuro, como, por exemplo, ganhos e perdas atuariais.

Em 2013 foi reconhecida a obrigação com assistência médico-hospitalar no valor de R\$ 134,9 milhões e previdência complementar no valor de R\$ 10 milhões relativos a benefícios pós-emprego concedidos conforme Nota 21 d.

Nota 16 – Ativo e Passivo Compensado

A Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

O Ativo e Passivo Compensado da Companhia são representados pelos Bens da União, Garantias Caucionárias de Terceiros e Almoarifados da União.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Imobilizado.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens da União:

| | Taxa de Depreciação | 31/12/2013 (reapresentado) | | | 31/12/2012 | | |
|--|---------------------|-------------------------------|-----------------|------------------|------------|-------------------|-------------------|
| | | Adições/Exclusões | Baixas | Transferências | Ajustes | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Bens Móveis da União | 10% a 20% a.a. | 35.808 | (26.695) | (15.723) | 661 | 645.824 | 651.773 |
| Imóveis e Benfeitorias da União | 4% a.a. | 1.246.039 | (648) | (17.468) | 146 | 12.100.912 | 10.872.844 |
| Bens da União com a Concessão | | 148.254 | - | 694.900 | - | 3.606.666 | 2.763.512 |
| Total | | 1.530.101 | (27.343) | 661.708 | 807 | 16.353.403 | 14.288.129 |
| Custo Depreciações/Amortizações Acumuladas | | (250.961) | 10.426 | (1.039.102) | (80) | (4.727.469) | (3.447.751) |
| Total | | 1.279.140 | (16.917) | (377.394) | 727 | 11.625.934 | 10.840.378 |

Garantias Caucionárias de Terceiros

A Infraero mantém as garantias caucionárias de terceiros, oferecidas por empresas licitantes/contratadas, para assegurar o cumprimento da execução de obras, aquisição de equipamentos, prestação de serviços, contratos comerciais e fornecimento de materiais. É facultado às empresas efetuarem a caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.

Em 31 de dezembro de 2013 as garantias em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia totalizavam R\$ 4.117.580 mil e em 31 de dezembro de 2012 R\$ 2.832.536 mil.

Nota 17 – Receita Líquida

As receitas, com exceção das financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente na demonstração do resultado.

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---|------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Receita Bruta | 3.097.358 | 4.365.362 | 3.757.104 |
| Comerciais | 995.811 | 1.341.676 | 1.141.922 |
| Embarque | 935.370 | 1.274.186 | 1.075.620 |
| Armazenagem e Capatazia | 391.829 | 833.920 | 659.130 |
| Pouso e Permanência | 345.190 | 521.107 | 440.813 |
| Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea | 342.209 | 311.266 | 377.219 |
| Exploração de Serviços | 54.125 | 67.055 | 62.400 |
| Conexão | 26.406 | 15.268 | - |
| Cursos e Treinamentos | 6.418 | 884 | - |
| Deduções | (66.047) | (249.247) | (225.883) |
| PASEP | (11.781) | (44.604) | (40.291) |
| COFINS | (54.266) | (204.642) | (185.591) |
| Receita Líquida | 3.031.311 | 4.116.116 | 3.531.222 |

Nota 18 – Resultado Financeiro

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---|-----------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Receita financeira | 93.114 | 114.056 | 119.313 |
| Rendimento de aplicação financeira | 19.651 | 86.962 | 158.038 |
| Juros recebidos | 66.860 | 71.592 | 66.225 |
| Outros juros e descontos obtidos | 6.604 | (44.499) | (104.950) |
| Despesa financeira | (68.898) | (6.801) | (13.441) |
| Atualização monetária (a) | (68.311) | (6.791) | (5.706) |
| Outros juros, multas e atualizações | (587) | (10) | (7.735) |
| Impostos sobre operações financeiras | (3.385) | (51) | (48) |
| Varição cambial, líquidas | 6.855 | 3.946 | 12.629 |
| Resultado financeiro | 27.687 | 111.149 | 118.453 |

a) Representam na sua maioria, a atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União.

Nota 19 – Despesas por Natureza

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-------------------------------------|------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Custo dos Serviços Prestados | | | |
| Pessoal | 1.078.971 | 1.210.410 | 1.136.097 |
| Depreciações e Amortizações | 59.224 | 66.339 | 60.796 |
| Serviços Contratados e Locações | 722.968 | 968.749 | 834.052 |
| Utilidades - Serviços Públicos | 205.296 | 256.552 | 236.103 |
| Outras Despesas | 141.155 | 185.118 | 173.789 |
| Total | 2.207.614 | 2.687.168 | 2.440.836 |

Planejamento e Orientação Técnico-Operacional

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-----------------------------|----------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Pessoal | 275.331 | 230.089 | 187.059 |
| Depreciações e Amortizações | 3.156 | 6.008 | 4.082 |
| Outras Despesas | 26.579 | 27.338 | 16.118 |
| Total | 305.066 | 263.436 | 207.259 |

Administrativas

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|---------------------------------|----------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Pessoal | 405.144 | 377.770 | 299.567 |
| Depreciações e Amortizações | 24.333 | 37.460 | 28.331 |
| Serviços Contratados e Locações | 54.308 | 51.537 | 42.196 |
| Utilidades - Serviços Públicos | 24.112 | 27.154 | 29.226 |
| Outras Despesas | 55.223 | 41.904 | 61.115 |
| Total | 563.120 | 535.826 | 460.435 |

Comerciais

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-----------------------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Pessoal | 55.048 | 52.728 | 45.811 |
| Depreciações e Amortizações | 4.268 | 1.372 | 1.362 |
| Materiais de Consumo | 5.477 | 7.209 | 4.124 |
| Total | 64.793 | 61.308 | 51.296 |

Nota 20 – Outras Receitas / (Despesas)

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-------------------------------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Outras receitas / (despesas) | 54.213 | (46.910) | (7.038) |
| Total | 54.213 | (46.910) | (7.038) |

O item outras receitas / despesas é composto pelo resultado apurado entre os cancelamentos de receitas e as anulações de despesas ocorridas no exercício anterior e ainda pelas operações não ligadas diretamente à atividade fim da empresa com maior relevância para as multas aplicadas aos fornecedores pelo não cumprimento do objeto contratado, bem como a ressarcimentos dos gastos com energia, material de consumo, telefone, entre outros, rateados e cobrados das empresas que utilizam áreas nos aeroportos por meio de concessão. Referem-se, ainda, a créditos de clientes inadimplentes considerados como perdas e posteriormente recuperados.

Nota 21 – Benefícios a Empregados

a) Participação no Lucro do Resultado

O sistema de participação nos lucros ou resultados dos empregados na Infraero é regulado pela Lei nº 10.101, de 19/12/2000, e pela Resolução CCE nº 10, de 30/5/1995 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. A participação nos lucros foi instituída com o objetivo de incentivar a produtividade. A fim de especificar as regras e atender aos critérios da legislação, o sistema foi consolidado no Regulamento do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PPLR, o qual é proposto e aprovado em cada exercício social.

O PPLR é uma sistemática de participação dos empregados que está ligada às prioridades de negócios da Empresa e às políticas estabelecidas pelo Governo Federal, mediante orientação estratégica clara e definição de metas que garantam o desenvolvimento sustentável da Infraero, o respeito às diferenças entre as Dependências, os níveis hierárquicos, cargos e funções. Periodicamente é realizado o acompanhamento e a avaliação do programa, realinhando-o aos novos planos e estratégias de negócios.

b) Programa de Desligamento Incentivado

A Infraero possui dois programas de desligamento incentivado, o PDITA e o PDVI.

PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, até 2.900 empregados. A adesão ao programa pode ser realizada desde 15 de agosto de 2012 e terá duração até 18 (dezoito) meses, coincidindo com o término do Período de Transição do Processo de Concessão.

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-------------------------------------|----------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Quantidade de desligamentos | 834 | 53 | - |
| Montante envolvido – R\$ mil | 141.869 | 12.733 | - |

PDVI

A Infraero realizou em 2009 o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI, aprovado pelo DEST, por meio do Ofício DEST nº 487/2009/MP/SE/DEST, de 25/6/2009. Foram pagas verbas rescisórias e incentivas aos empregados que aderiram ao programa.

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (reapresentado) | 1/1/2012 (reapresentado) |
|-------------------------------------|------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Quantidade de desligamentos | - | 2 | 11 |
| Montante envolvido – R\$ mil | - | 547 | 2.111.563 |

c) Plano de Previdência Complementar

A Infraero é a patrocinadora do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), que é o que detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

| Planos | Benefícios | Classificação | Vigente |
|------------|------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| Plano BDI | Aposentadoria e pensão | Benefício Definido | Fechado para novos participantes |
| Plano BD I | Aposentadoria e pensão | Benefício Definido | Fechado para novos participantes |
| Plano BDI | Aposentadoria e pensão | Contribuição Definida * | Aberto |

* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

Perfil dos participantes dos planos

| Planos | 31/12/2013 | | | 31/12/2012 | | | 01/01/2012 | | |
|-------------|------------|---------------|--------|------------|------------|--------|------------|------------|--------|
| | Ativos * | Assistidos ** | Total | Ativos | Assistidos | Total | Ativos | Assistidos | Total |
| Plano BD I | 49 | 80 | 129 | 60 | 73 | 133 | 73 | 73 | 146 |
| Plano BD II | 4 | 8 | 12 | 4 | 9 | 13 | 4 | 11 | 15 |
| Plano CV | 11.591 | 1.969 | 13.560 | 12.166 | 1.763 | 13.929 | 11.358 | 1.689 | 13.047 |

*Compõem os Ativos, os participantes autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido (BPD).

**Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio doença.

Em 2013, o plano de Benefício I foi saldado gerando uma obrigação de R\$ 1.331 mil a ser liquidada em 19 meses, o qual foi reconhecido pela Companhia.

A provisão matemática a constituir referente a contribuições amortizadas por serviços passados do plano CV registrado em 2012 foi revertida em virtude de determinação do Órgão fiscalizador – PREVIC.

A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Companhia de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC nº 33. A contratada realizou avaliação atuarial, para sua adoção inicial, de acordo com as normas de contabilidade emitidas pelo CPC e contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Empresa. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas bases de 31 de dezembro de 2013.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

| Regime Financeiro | Capitalização |
|---|---|
| Método Atuarial | Crédito Unitário Projetado |
| Créscimento Real dos Salários | 2,00% a.a. |
| Expectativa de Inflação | 5,98% a.a. conforme expectativa de mercado apresentada no Relatório FOCUS de 27/12/2013 para o IPCA em 2014 |
| Fator de Capacidade sobre os Salários | 1 |
| Fator de Capacidade sobre os Benefícios | 1 |
| Mortalidade Geral | |

Composição Familiar:

Plano I de Benefícios Saldado e Plano II de Benefício Definido:

- Benefícios a Conceder: Foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas do relatório "Fundamentação das Hipóteses a serem utilizadas na Avaliação Atuarial em 31/12/2013", elaborado pela MERCER em 9 de janeiro de 2014:
 - ✓ Percentual de Casados: 100%.
 - ✓ Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
 - ✓ Filho temporário até os 24 anos.
- Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa.

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

- Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos (aposentadorias): Foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas do relatório "Fundamentação das Hipóteses a serem utilizadas na Avaliação Atuarial em 31/12/2013", elaborado pela MERCER em 9 de janeiro de 2014:
 - ✓ • Percentual de Casados: 100%
 - ✓ • Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
 - ✓ • Filho temporário até 24 anos.
- Benefícios Concedidos (pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa.

Taxa de Desconto Atuarial Real:

A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da empresa Infraero em cada plano são as seguintes:

| | Duration (anos) | Vencimento | Vencimento NTN B | Taxa de desconto 31/12/2013 |
|---|-----------------|------------|------------------|-----------------------------|
| Plano I de Benefícios Saldados | 21,26 | 2034 | 15/5/2035 | 6,47% |
| Plano II de Benefício Definido | 22,84 | 2036 | 15/5/2035 | 6,47% |
| Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável | 31,22 | 2044 | 15/5/2045 | 6,50% |

A duration foi apurada através da média da expectativa de vida ponderada pelo valor do benefício (projetado para os ativos e concedidos para os assistidos), considerando as informações individualizadas que forem encaminhadas para a avaliação atuarial.

Valor Justo dos Ativos do Plano:

| | 31/12/2013 | Plano BD I | Plano BD II | Plano CV |
|---------------------------------|------------|------------|-------------|-------------|
| Ativo total marcado a mercado | | 74.186 | 11.089 | 2.339.626 |
| (-) Exigível Operacional | | (84) | (9) | (12.370) |
| (-) Exigível Contingencial | | (405) | (91) | (2.323) |
| (-) Fundo Previdencial | | - | - | (20.817) |
| (-) Fundo Administrativo | | (2.771) | (841) | 85.663 |
| (-) Fundo de Investimentos | | (605) | (96) | (10.935) |
| (=) Ativo Líquido de Cobertura | | - | - | 2.207.518 |
| (-) Contribuição Definida (BC) | | - | - | (23.113) |
| (-) Contribuição Definida (BaC) | | - | - | (1.362.064) |
| (=) Valor Justo dos Ativos | | 70.321 | 10.053 | 822.341 |

OBS.: O Plano CV, por ser um plano solidário com a Patrocinadora Infraprev, foi efetuado, a seguir, o rateio do Valor Justo dos Ativos considerando a proporção da obrigação atuarial relativa à Patrocinadora Infraero:

| | Total | Infraero | Proporção |
|------------------------|---------|----------|-----------|
| Obrigações Atuais | 832.555 | 812.335 | 98,77% |
| Valor Justo dos Ativos | 822.341 | 812.246* | 98,77% |

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço:

| | Plano BD I | Plano BD II | Plano CV |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1.Ativo Líquido de Cobertura do Plano | 31/12/2013 | 31/12/2013 | 31/12/2013 |
| 1.1.Valor Justo dos Ativos do Plano | 70.321 | 10.053 | 812.246 |
| 2.Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos | 31/12/2013 | 31/12/2013 | 31/12/2013 |
| 2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial | 61.178 | 5.684 | 822.335 |
| 2.2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (=1x1.1) | (70.321) | (10.053) | (812.246) |
| 2.3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1+2.2) | (9.143) | (4.369) | 10.089 |
| 2.4. Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%) | 100% | 100% | 100% |
| 2.5. Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3x2.4) | (9.143) | (4.369) | 10.089 |
| 2.6. Passivo/(Ativo) atuarial líquido total reconhecido | (9.143) | (4.369) | 10.089 |
| 2.7. Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit) | - | - | - |
| 2.8. Perdas/(Ganhos) sobre o teto do Ativo durante o exercício | - | - | - |
| 2.9. Teto do Ativo ajustado (2.7 – 2.8) | - | - | - |
| 2.10. Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar (maior entre 2.6 e 2.9) | - | - | 10.089 |

Para o Plano BD I e BD II, existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

Para o Plano CV, inexistem recursos integralizados para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando uma obrigação atuarial a ser provisionada pela Companhia (déficit) de R\$ 10.089.

d) Plano de Assistência Médica

A Infraero oferece aos empregados ativos e inativos o Programa de Assistência Médica da Infraero – PAMI, que se constitui em um benefício concedido pela Empresa e tem por finalidade promover a prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial. O PAMI é administrado pela Infraero, entidade de autogestão por RH, operado na modalidade de preço pós-estabelecido. As despesas do PAMI são custeadas pela Companhia, sendo que os beneficiários arcam com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, variando entre 4% a 20%, de acordo com a faixa salarial.

O PAMI é destinado aos empregados e ex-empregados aposentados da Infraero e seus dependentes, sendo que os aposentados somente permanecerão na condição de beneficiários caso tenham pertencido ao quadro de cargo regular da Infraero por no mínimo 10 anos contínuos. No caso dos aposentados, o benefício se estende apenas ao seu cônjuge.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

| | 31/12/2013 |
|---|--|
| Método atuarial de financiamento | Crédito Unitário Projetado |
| Regime Financeiro | Capitalização |
| Fator de Capacidade sobre os salários | 1 |
| Fator de Capacidade sobre os benefícios | 1 |
| Taxa de desconto* | 6,5% a.a. |
| Expectativa de Inflação | 5,98% a.a., conforme expectativa de mercado apresentada no Relatório FOCUS de 27/12/2013 para o IPCA em 2014 |
| Crescimento Real dos Salários | 2,00% a.a. |
| Tábua de mortalidade geral | Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo |
| Tábua de entrada em invalidez | Alvaro Vindas agravada em 50% |
| Tábua de mortalidade de inválidos | Winklevoss |
| | -Até 30 anos: 2,5% a.a. |
| | -De 31 a 40 anos: 1,0% a.a. |
| | -De 41 a 58 anos: 0,5% a.a. |
| | -A partir de 59 anos: nula |
| HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)** | 3,0% a.a. (real) |
| Idade de saída da empresa*** | 58 anos de idade e no mínimo 10 anos de empresa |

* A taxa de desconto atuarial real utilizada foi de 6,50% ao ano, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes (35 anos) - NTN-B em 31/12/2013

Nota 23 – Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) Comerciais; (ii) Embarque; (iii) Armazenagem e Capatazia; (iv) Pousos e Permanência; (v) Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea; (vi) Exploração de Serviços; (vii) Conexão e (viii) Cursos e Treinamentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

| | 31/12/2013 | | | | | | | | |
|--|----------------|------------------|-------------------------|----------------------|---|------------------------|---------------|-----------------------|--|
| | Comerciais | Embarque | Armazenagem e Capatazia | Pousos e Permanência | Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea | Exploração de Serviços | Conexão | Cursos e Treinamentos | |
| Receita Líquida | 1.008.834 | 909.403 | 380.990 | 335.666 | 351.992 | 12.513 | 25.673 | 6.240 | |
| Custo dos Serviços Prestados | (46.306) | (835.637) | (230.068) | (510.123) | (430.541) | (148.541) | (5.682) | (715) | |
| Lucro Operacional do Exercício | 962.528 | 73.766 | 150.922 | (174.458) | (78.549) | (136.028) | 19.991 | 5.525 | |
| Despesas | (19.570) | (353.156) | (97.231) | (215.588) | (181.955) | (62.776) | (2.401) | (302) | |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | (23.394) | (422.166) | (116.231) | (257.715) | (217.511) | (75.043) | (2.871) | (362) | |
| Prejuízo Operacional do Exercício | 919.565 | (701.555) | (62.541) | (647.760) | (478.015) | (273.847) | 14.718 | 4.861 | |

| | 31/12/2012 | | | | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|-------------------------|----------------------|---|------------------------|--------------|-----------------------|--|
| | Comerciais | Embarque | Armazenagem e Capatazia | Pousos e Permanência | Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea | Exploração de Serviços | Conexão | Cursos e Treinamentos | |
| Receita Líquida | 1.285.578 | 1.196.429 | 783.218 | 489.324 | 308.679 | 37.721 | 14.337 | 830 | |
| Custo dos Serviços Prestados | (53.495) | (972.953) | (435.498) | (658.929) | (398.382) | (160.905) | (6.616) | (391) | |
| Lucro Operacional do Exercício | 1.232.083 | 223.476 | 347.720 | (169.605) | (89.702) | (123.184) | 7.721 | 439 | |
| Despesas | (17.132) | (311.590) | (139.469) | (211.023) | (127.583) | (51.530) | (2.119) | (125) | |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | (1.531) | (27.854) | (12.467) | (18.864) | (11.405) | (4.606) | (189) | (11) | |
| Lucro Operacional do Exercício | 1.213.419 | (115.967) | 195.784 | (399.492) | (228.690) | (179.320) | 5.412 | 303 | |

| | 1/1/2012 | | | | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|-----------------|-------------------------|----------------------|---|------------------------|------------|-----------------------|--|
| | Comerciais | Embarque | Armazenagem e Capatazia | Pousos e Permanência | Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea | Exploração de Serviços | Conexão | Cursos e Treinamentos | |
| Receita Líquida | 1.095.560 | 1.010.894 | 621.044 | 414.260 | 352.777 | 36.246 | 417 | 24 | |
| Custo dos Serviços Prestados | (84.039) | (816.809) | (402.156) | (629.771) | (352.514) | (155.547) | - | - | |
| Lucro Operacional Bruto | 1.011.521 | 194.085 | 218.888 | (215.511) | 263 | (119.301) | 417 | 24 | |
| Despesas | (24.755) | (240.605) | (118.462) | (185.510) | (103.839) | (45.819) | - | - | |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | 947 | 9.207 | 4.533 | 7.099 | 3.973 | 1.753 | - | - | |
| Lucro Operacional Do Exercício | 987.713 | (37.314) | 104.959 | (393.924) | (99.602) | (163.366) | 417 | 24 | |

com vencimento em 15/05/2045. A duration do compromisso dos benefícios (35 anos), foi apurada através da média da expectativa de vida ponderada pelo custo inicial de cada um dos empregados, considerando as informações individualizadas que forem encaminhadas para a avaliação atuarial.

** A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

***A idade de 58 anos foi estabelecida com base no critério de elegibilidade estabelecido no Regulamento do Plano de Previdência CV. O critério de tempo mínimo de empresa de 10 anos levou em consideração a regra para permanecer no Plano de Saúde após a aposentadoria. Assim, considerando que podem permanecer no Plano de Saúde somente os funcionários que se aposentarem tendo trabalhado na Infraero por tempo igual ou superior a 10 anos, este critério será considerado para fins de definição da idade de aposentadoria.

Análise de Permanência no Plano de Saúde:

A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa. Como a permanência no Plano de Saúde não implica no pagamento de mensalidade, somente no pagamento do valor da coparticipação referente aos atendimentos assistenciais, considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

Composição familiar:

Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

Aging Factor:

O chamado Aging Factor representa o aumento dos custos médico-hospitalares em decorrência do envelhecimento dos indivíduos. Esse aumento foi estimado considerando a variação nos custos assistenciais

por faixa etária apurados na avaliação do histórico do Plano de Saúde da Infraero, observando-se o período de janeiro/2012 a dezembro/2013. Os resultados da análise realizada são mostrados nas tabelas a seguir, que apresentam, respectivamente, o custo anual de acordo com a faixa etária do empregado e a variação entre as faixas.

Os custos anuais apurados e a variação desses, por faixa etária, são apresentados a seguir:

| Faixa Etária | Custo Anual | Varição |
|-----------------|-------------|---------|
| 0 a 18 anos | 0,95 | 0% |
| 19 a 23 anos | 1,84 | 93,63% |
| 24 a 28 anos | 2,45 | 33,03% |
| 29 a 33 anos | 2,97 | 21,06% |
| 34 a 38 anos | 3,20 | 7,79% |
| 39 a 43 anos | 3,10 | -3,30% |
| 44 a 48 anos | 3,53 | 14,16% |
| 49 a 53 anos | 3,74 | 5,69% |
| 54 a 58 anos | 4,38 | 17,25% |
| 59 a 68 anos | 4,98 | 13,74% |
| 69 anos ou mais | 9,05 | 81,55% |

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço:

| | Total | Benefícios a Conceder | Benefícios Concedidos |
|---|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1.Ativo Líquido de Cobertura do Plano – 31/12/2013 | 31/12/2013 | 31/12/2013 | 31/12/2013 |
| 1.1.Valor Justo dos Ativos do Plano | - | - | - |
| 2.Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos | 31/12/2013 | 31/12/2013 | 31/12/2013 |
| 2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial | 1.201.005 | 932.712 | 268.293 |
| 2.2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (=1x1.1) | - | - | - |
| 2.3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1+2.2) | 1.201.005 | 932.712 | 268.293 |
| 2.4. Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%) | 100% | 100% | 100% |
| 2.5. Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3x2.4) | 1.201.005 | 932.712 | 268.293 |
| 2.6. Passivo/(Ativo) atuarial líquido total reconhecido | 1.201.005 | 932.712 | 268.293 |
| 2.7. Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit) | - | - | - |
| 2.8. Perdas/(Ganhos) sobre o teto do Ativo durante o exercício | - | - | - |
| 2.9. Teto do Ativo ajustado (2.7 – 2.8) | - | - | - |
| 2.10. Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar (maior entre 2.6 e 2.9) | 1.201.005 | 932.712 | 268.293 |
| 2.11. Passivo/(ativo) atuarial já provisionado | - | - | - |
| 2.12. Passivo/(ativo) atuarial a reconhecer neste exercício (2.10 – 2.11) | 1.201.005 | 932.712 | 268.293 |

Objetivando calcular a obrigação com assistência médica pós-emprego, a Infraero contratou a consultoria Mirador, que apresentou, em relatório atuarial, o valor presente das obrigações com a assistência médica de R\$ 1.201.005 mil. Deste montante, R\$ 932.712 mil representam benefícios a conceder e R\$ 268.293 mil benefícios concedidos, que, por se tratar de remensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, foi reconhecido em 2013 como outros resultados abrangentes.

Nota 22 – Cobertura de Seguros

A Infraero adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

A Infraero mantém apólices de seguros contratadas pela Sede para todos os aeroportos de forma corporativa. Os contratos são firmados junto às principais seguradoras do país em montantes considerados adequados para cobrir eventuais perdas sobre bens e/ou danos causados a terceiros, cujos processos licitatórios são realizados em conformidade com as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e com o Decreto nº 5.450/05.

Devido ao seu campo de atuação e porte, a Infraero mantém apólices de diversos ramos de seguros para atender às necessidades específicas dos serviços aeroportuários. Sendo assim, as apólices estão divididas por ramos de seguros.

| Ramo / Cobertura | Seguradora | Importância Segurada | Prêmio com IOF | Vigência | Pagamento de Sinistros |
|---|--|--|------------------|-----------------------|------------------------|
| Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC) | Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A | US\$ 500.000.000,00 | R\$ 8.035.981,20 | 30/6/2013 a 30/6/2014 | |
| Riscos Operacionais (RO) | Tóquio Marine Seguradora | R\$ 7.753.450.936,66 | R\$ 1.050.000,00 | 13/8/2013 a 12/8/2014 | |
| Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) | Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A | DP - R\$ 30.000,00' DM - R\$ 25.000,00' | R\$ 106.250,00 | 2/6/2013 a 1/6/2014 | |
| Acidentes Pessoais e Coletivos (APC-bombeiros) | MBM Seguros S/A | R\$ 23.000,00² | R\$ 42.000,00 | 9/11/2013 a 8/11/2014 | |
| Seguro de Vida em Grupo (SVG) | Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. | R\$ 1.181.191.384,23 | R\$ 148.043,85 | 3/7/2013 a 3/7/2014 | |

¹ Importância segurada por veículo.

² Importância segurada por bombeiro cadastrado em caso de morte ou invalidez total.

Nota 24 – Recursos Aplicados em Bens da União

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR nº 2.100/1980, confirmado pela Decisão nº 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). No exercício de 2013 foram aplicados R\$ 1.430.191 mil. Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Lucro Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Lucro Líquido do Exercício, evidenciando-se uma linha com o Lucro Líquido (antes dos investimentos para a União).

Nota 25 – Investimentos Realizados

A Infraero realizou em 2013 investimentos no montante de R\$ 2.312.499 mil, desse valor R\$ 1.640.116 mil em obras e serviços de engenharia e R\$ 672.383 mil em aportes nas SPE's. Em equipamentos, terrenos, móveis e utensílios foram aplicados R\$ 170.641 mil.

O quadro a seguir destaca os principais investimentos realizados em 2013, constantes no Orçamento de Investimento da Infraero, parte integrante da Lei Orçamentária Anual:

a) Obras, Equipamentos e Serviços de Engenharia

| | 2013 |
|---|------------------|
| AVIAÇÃO CIVIL | |
| Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO) | 30.030 |
| Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre(AP) | 8.594 |
| Construção do Sistema de Pista, Pátio e Acessos do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) | 32.571 |
| Construção do Terminal de Passageiros, de Sistema de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis/Hercílio Luz (SC) | 81.583 |
| Adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (PR) | 40.197 |
| Adequação do Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles (ES) | 25.888 |
| Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá - Marechal Rondon (MT) | 38.658 |
| Adequação do Aeroporto do Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SP) | 500 |
| Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos (SP) | 150.483 |
| Adequação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim (RJ) | 145.368 |
| Adequação do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado - São Luis (MA) | 1.106 |
| Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes (AM) | 192.929 |
| Adequação do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves (MG) | 132.648 |
| Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins (CE) | 50.898 |
| Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu - Cataratas (PR) | 36.432 |
| Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Santarém - Maestro Wilson Fonseca(PA) | 249 |
| Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães (BA) | 61.135 |
| Adequação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho (RS) | 13.260 |
| Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro Santos Dumont - (RJ) | 14.980 |
| Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE) | 395 |
| Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ) | 847 |
| Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária | 450.247 |
| Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos | 41.131 |
| Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento | 55.944 |
| Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo | 34.042 |
| Subtotal | 1.640.116 |
| APORTES NAS SPE's | |
| Aporte de Capital Relativo à Infraero - Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. | 113.085 |
| Aporte de Capital Relativo à Infraero - Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. | 136.808 |
| Aporte de Capital Relativo à Infraero - Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. | 422.491 |
| Subtotal | 672.383 |
| Total | 2.312.499 |

b) Equipamentos, Móveis e Utensílios.

| | 2013 |
|---|----------------|
| Outros Equipamentos | 7.924 |
| Elevadores e Outros | 416 |
| Equipamento de Audio, Video e Comunicação | 12.041 |
| Equipamento de Bagagens | 6.703 |
| Equipamento de Energia | 7.298 |
| Equipamento de Estacionamento | 1.204 |
| Equipamentos de Informática | 20.085 |
| Equipamento de Manutenção | 7.650 |
| Equipamento de Navegação Aérea | 4.893 |
| Equipamento de Refrigeração | 3.092 |
| Equipamento de Resgate e Salvamento | 284 |
| Equipamento de Saúde | 1.725 |
| Equipamentos de Telefonia | 1.094 |
| Equipamentos do Teca | 9.736 |
| Instalações e Benfeitorias | 16.759 |
| Móveis e Utensílios | 11.823 |
| Segurança e Vigilância | 39.573 |
| Sinalização de Pista | 1.638 |
| Sistema de TV e Vigilância | 973 |
| Veículos | 3.308 |
| Imobilizado em andamento | 12.423 |
| Total | 170.641 |

Nota 26 – Medida Provisória (MP) nº 627

Em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que, dentre outros assuntos, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo art. 15, da Lei nº 11.941/2009, e altera a legislação relacionada ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

A MP ainda revoga diversos dispositivos da legislação tributária, a partir de 1º de janeiro de 2015, que em sua maioria possuem discussão pendente ou de certa forma questionável no âmbito judicial e/ou administrativo. A MP entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, exceto para os seguintes assuntos:

- disposições relativas à revogação do RTT e seus aspectos de adaptação, para os anos-calendário 2008 a 2013, cujas determinações foram amplamente manifestadas pela RFB na Instrução Normativa nº 1.397 de 2013;
- possibilidade de opção pelos efeitos da revogação do RTT a partir de 1º de janeiro de 2014, em relação ao arts. 1º a 66 da referida MP; e
- alterações relativas ao parcelamento especial de débitos para com a Fazenda Nacional.

Optando pela aplicação da nova legislação (afastamento do RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014, a opção será irrevogável e sujeitará os contribuintes às disposições dos artigos 1º a 66 da referida MP e às revogações previstas no artigo 99 da MP.

A MP também permite a opção da adoção das novas regras para a tributação em bases universais (artigos 72 a 91), que também será irrevogável e sujeitará o contribuinte às novas determinações da legislação.

Atualmente a MP encontra-se em discussão no Congresso Nacional, onde já foram apresentadas mais de 500 emendas ao texto original.

A Companhia analisou os efeitos da aplicação dessa legislação (MP 627 e IN 1397) e os considerou imateriais em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013. A Administração acompanhará as possíveis alterações que o texto dessa MP sofrerá até sua conversão em lei para decidir quanto a adesão optativa para o ano calendário de 2014, bem como, novas manifestações da RFB sobre os demais procedimentos que devem ser atendidos pelas empresas.

Brasília (DF), 19 de março de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
GUILHERME WALDER MORA RAMALHO
 CONSELHEIROS

| | |
|--|-------------------------------|
| ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE | RAFAEL RODRIGUES FILHO |
| MARIO JOSÉ SOARES ESTEVES FILHO | LICINIO VELASCO JUNIOR |
| CELIO ALBERTO BARROS DE LIMA | MARIA FERNANDES CALDAS |

CONSELHO FISCAL

Presidente: **SERGIO CRUZ**

Membro: **NELSON EDMUNDO FORTE FERNANDES DE NEGREIROS DEODATO FILHO**

Membro: **LILIAN MARIA CORDEIRO**

DIRETORIA EXECUTIVA

ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
 Presidente

| | |
|---|--|
| GERALDO MOREIRA NEVES Diretor de Administração | ANDRÉ LUIS MARQUES DE BARROS Diretor Comercial |
| MAURO ROBERTO PACHECO DE LIMA Diretor de Planejamento | JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA Diretor de Engenharia |
| JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAIDE Diretor Financeiro | FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA Diretor Jurídico |

ANDRÉ LUIS MARQUES DE BARROS
 Diretor de Operações Interino

KEITE DE SOUSA VIANA PRAZER
 Gerente de Contabilidade e Custos
 CRC – DF 011692/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, em reunião realizada nesta data, de conformidade com os incisos II e VII, do art. 163 da Lei nº 6.404/76, de 15.12.1976, considerando o Relatório Anual referente ao Exercício de 2013, composto pelo Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Auditoria Interna e pela Independente, cliente das ressalvas e ênfases constantes do Parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, bem como das providências que estão sendo adotadas para suas regularizações, entende que os referidos documentos retratam a situação patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2013, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília (DF), 21 de março de 2014

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui registrado na rubrica de investimento o total de R\$1.045.438 mil referente à sua participação em Sociedades de Propósito Específico (SPE's) em 31 de dezembro de 2013. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito de R\$163.469 mil deste valor, pelo não acesso às informações contábeis da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., a administração e aos auditores da respectiva SPE. Consequentemente, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes no investimento, bem como os possíveis reflexos sobre o resultado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2013.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência complementar, denominada Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, que administra três planos previdenciários — Plano I - Benefício Definido (BD), Plano II - Benefício Definido (BD) e Plano III - Contribuição Definida (CD), com aproximadamente 14.127 participantes. Conforme mencionado na nota explicativa nº21, em 31 de dezembro de 2013, a Infraero possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$278.382 mil, com o objetivo de complementar o déficit atuarial daqueles planos de benefícios. Em dezembro de 2012, a Deliberação CVM nº 695/12 tornou obrigatória a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) com efeito a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Infraero aplicou a referida Deliberação para os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2013, de forma retrospectiva. Todavia, os saldos das provisões atuariais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, não foram remensurados conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 695 e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, em razão da revisão e andamento dos trabalhos dos atuários externos contratados que, até a conclusão de nossos exames não ter sido concluído. Dessa forma, não possuímos elementos suficientes para concluir sobre a adequação do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e no passivo não circulante no montante de R\$278.382 mil em 31 de dezembro de 2013.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, a Companhia encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências passivas, visando a dar conformidade ao estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). Em função do atual estágio deste processo, não é possível concluir sobre a adequação das provisões para contingências e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013, nos montantes de R\$194.695 mil e R\$326.913 mil, respectivamente, bem como seus possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero em 31 de dezembro de

2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº7 c), a Companhia não recolhe aos Cofres Municipais onde administra aeroportos, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, por prestar em nome da União um serviço público Federal. A tese da imunidade tributária está em consonância com diversos doutrinadores e tem sido reconhecida por Juízes Federais de Primeira Instância em alguns Estados Brasileiros. Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, que consideram a possibilidade de perda da causa remota, a Diretoria Executiva decidiu não constituir nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2013. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº16, a Companhia mantém registrado em contas de compensação os investimentos realizados em bens móveis e imóveis de propriedade da União que são considerados necessários a execução e manutenção das atividades aeroportuárias que em 31 de dezembro de 2013, monta R\$11.625.934 mil. Esses ativos são de propriedade da União, que a qualquer momento pode exigir que a Companhia devolva os mesmos ou transfira-os a iniciativa privada. A Companhia não registra tais investimentos no Ativo Imobilizado, pois neste momento considera que os ativos não geram benefício econômico futuro, conforme previsto no CPC 27. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

As demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Entretanto, o Governo Federal realizou a concessão de aeroportos que impactaram de forma significativa nos resultados da Companhia, gerando deficiência de capital de giro, e elevação da participação de capital dos seus acionistas. O plano da Administração da Companhia, parcialmente apresentado na nota explicativa nº 1, em conjunto com seu acionista controlador, consiste em providências para a reestruturação de suas operações, visando ao reequilíbrio econômico, financeiro e operacional, à melhoria da geração de fluxos de caixa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar em operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos das limitações descritas no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 25 de fevereiro de 2013, com ressalva quanto ao mesmo assunto mencionado no parágrafo “base para opinião com ressalva”, relacionado ao investimento nas SPE's e ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) Adicional de Tarifa Aeroportuária – ATAERO que sofreu alteração no exercício de 2012, passando a constituir a Receita do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC; ii) Não recolhimento do ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza e do IPTU – Imposto Territorial Urbano, por entenderem que a Infraero possui imunidade tributária; iii) Constituição de provisão ao Programa de Assistência Médica da Infraero; iv) Registro do ativo compensado que representa os bens da União Federal.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2012 tomadas em conjunto.

Goiânia, 19 de março de 2014



BDO RCS Auditores Independentes SS
 CRC 2 SP 013846/O-1 – S – GO

Alfredo Ferreira Marques Filho **Fernando Eduardo Ramos dos Santos**
 Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – GO Contador CRC 1 GO 014553/O-0-GO